



# **MEDIAÇÕES DAS ATUAIS DEMANDAS POSTAS AO ASSISTENTE SOCIAL**

## MEDIAÇÕES DAS ATUAIS DEMANDAS POSTAS AO ASSISTENTE SOCIAL

Luciana Batista de Oliveira Cantalice\*

Edna Tania Ferreira da Silva\*\*

### RESUMO

O presente artigo objetiva discutir as mediações das atuais demandas postas ao assistente social, a partir do recorte das transformações societárias, enfocando, sobretudo, as metamorfoses do mundo do trabalho e as novas expressões da questão social, uma vez que se firmam a partir dessas transformações de situações de transição e de crise nas formas de identidade, de integração e de conflito em sociedade, estabelecendo novas configurações no âmbito da questão social e no curso desta, um processo que se assevera devido ao esfacelamento da esfera pública e democrática do Estado. Desta feita, colocando para o assistente social emergentes demandas, expressadas nas diversas formas de precarização das condições de vida e de trabalho da população.

\*LUCIANA BATISTA DE OLIVEIRA CANTALICE é Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba, professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba e pesquisadora do Setor de Estudos em Análise de Conjuntura e Políticas Sociais (SEPACOPS/PPGSS/UFPB. E-mail.: [lucantalice@bol.com.br](mailto:lucantalice@bol.com.br).

\*\*EDNA TANIA FERREIRA DA SILVA é Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba, professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba e pesquisadora do Setor de Estudos em Análise de Conjuntura e Políticas Sociais (SEPACOPS/PPGSS/UFPB).

**Palavras-chave:** Atualidade. Demandas. Serviço Social.

Esta é uma discussão cujo foco parte da série de transformações societárias que se consolidam na atualidade, articulando-as às novas determinações que estão sendo postas ao Serviço Social. Essas novas configurações requisitam do assistente social a formulação de novas competências e de respostas às novas necessidades sociais. São tempos marcados por uma crise societária, considerando que o atual contexto sócio-histórico é permeado pelas crises ideológicas, de valores, do capital, do trabalho, das utopias, dos paradigmas etc., as quais, segundo Bobbio (1996), definem-se como um momento de mudanças dentro do funcionamento de um sistema, em sentido positivo ou negativo, uma virada, por vezes, não prevista e que desenvolve interações dentro do referido sistema.

Nessa perspectiva, abre-se um leque com múltiplos caminhos de análise para a abordagem das transformações societárias da atualidade, bem como suas mediações com o Serviço Social. Entretanto, a presente proposta delimita-se em torno da crise do trabalho e do

capital, - vale ressaltar o caráter de indissociabilidade das crises – identificando suas inflexões para o assistente social e as problematizações inferidas às demandas dessa categoria profissional, buscando decifrá-las.

Optamos por discutir a categoria trabalho, considerando que ele se constitui enquanto um pressuposto da existência humana, por meio do qual o homem faz a história, sendo uma atividade que se inscreve na esfera da produção e reprodução da vida material e social. Contudo, na atualidade, afirmar a centralidade do trabalho pode parecer um contra-senso, vez que vivenciamos, por várias vias, o descentramento e a desconstrução da categoria do trabalho, mediante as metamorfoses instaladas nas suas formas de produção e organização. Tal centralidade se reafirma no fato de que o trabalho "(...) se constitui, na sua essência, em uma inter-relação ineliminável entre o homem e a natureza" (LUKÁCS apud LESSA, 1997, p.09).

"(...) o trabalho, na sua forma mais genérica, é uma necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio entre o homem e a

natureza e, por isso, uma esfera ineliminável do ser social” (MARX, 1998, p. 218). É através do trabalho que o homem transforma a natureza, ao mesmo tempo em que transforma a si mesmo, em busca da satisfação das suas necessidades.

E o que nos parece intrínseco, na verdade, é adverso: a centralidade ontológica do trabalho e a diminuição da sua presença enquanto dimensão da vida cotidiana são duas questões distintas. A centralidade, para o ser social, não decorre prescritivamente da centralidade política dos trabalhadores nem da centralidade cotidiana do trabalho. O papel e a condição política dos trabalhadores estão intimamente relacionados à concreta relação social de uma classe e à totalidade social que implicam o desdobramento de várias mediações sociais necessárias à categoria trabalho, porém que não podem ser contidas e resumidas ao trabalho enquanto tal.

A compreensão do caráter fundante do trabalho para o ser social, isto é, o ser puro, imediato e indeterminado, passa a assumir a posição do ser que se apresenta a partir da materialização do trabalho, porquanto é a categoria de trabalho que potencializa a transformação do ser meramente biológico e indeterminado para o ser efetivamente social. Estabelecida uma mediação que articula a especificidade do ser no mundo dos homens com a totalidade existente, elucidam-se a gênese e o desenvolvimento do ser - o ente - social.

Em face de o trabalho proporcionar a sociabilidade, as transformações societárias em desenvolvimento na contemporaneidade apontam, conseqüentemente, para a emersão de metamorfoses no mundo do trabalho, que põem em “xeque” as condições de sua realização, organização e reprodução.

Vivenciamos, nas últimas décadas do século XX e se estendendo até os dias atuais, de forma contundente e contínua, o processo de globalização e criação da sociedade global que, em si, formam uma unidade em movimento, expressando um novo ciclo de expansão do capitalismo, que não poderia

deixar de ser um processo civilizatório de alcance mundial, envolvendo nações, regimes políticos, projetos nacionais, classes e grupos sociais, economias e sociedades, culturas e civilizações, transpondo as fronteiras geográficas, históricas e político-culturais e multiplicando as suas formas de articulação e contradição.

Assim, processa-se uma totalidade abrangente, complexa e contraditória, circunscrevendo uma nova escala de valores, ou mesmo, novas formulações às cartografias geopolíticas, blocos e alianças, polarizações ideológicas e interpretações científicas. Mas esse processo, conforme Ianni (1999), tem-se realizado de forma violenta, no qual se globalizam as coisas, as idéias, as pessoas, num ciclo histórico de continuidades, recorrências, tensões e rupturas, versando, dessa forma, a universalização do capitalismo, corporificado em um novo impulso, de forma extensiva e intensiva, através de novas tecnologias, da criação de novos produtos, recriação do mundo do trabalho e mundialização dos mercados.

Nessa divisão transnacional do trabalho, forja-se uma nova configuração que é perpassada por uma redistribuição de empresas, de corporações e conglomerados por todo o mundo. Estabelece-se uma nova diretriz de organização, ao invés de áreas de concentração da indústria, centros financeiros, organizações de comércio e mídia nos países dominantes, firmando-se uma redistribuição em vários países e continentes. “Forma-se toda uma cadeia mundial de cidades globais, que passam a exercer papéis cruciais na generalização das forças produtivas e relações de produção em moldes capitalistas, bem como na polarização de estruturas globais de poder” (IANNI, 1999, p.13-14).

Ocorre uma reestruturação das empresas, que apontam para produtividade, agilidade, capacidade de inovação e competitividade. Na realidade, tal reestruturação assinala novas formas de organização social e técnica do trabalho.

Uma questão a ser considerada na relação entre capitalismo e trabalho é que, nas mais

diversas formas sociais e técnicas de organização, o processo de trabalho e o de produção são submetidos aos movimentos do capital. Considerado esse preceito, concebe-se que o processo de globalização passa a trazer consigo a globalização do mundo do trabalho. Remetendo à crise do trabalho, a qual se traça, enquanto quadro de análise, temos a sua delimitação na expressão da crise do padrão de produção fordista/taylorista, que assinalou uma “crise” estrutural do capital, fazendo com que deste último derive um processo de reestruturação produtiva. Esse processo dá início a um novo ciclo do capital, em virtude do restabelecimento de uma política de dominação societária, abalada também pelas contradições da relação capital/trabalho, que provocaram o questionamento das bases de sociabilidade do capital e suas formas de controle social.

Nesse sentido, o novo ciclo do capital é perpassado pelas transformações no processo produtivo, fundamentadas nas formas de acumulação flexível<sup>1</sup>, de gestão organizacional e da revolução técnico-científica, esta última também denominada de “Terceira Revolução Industrial”.

Em princípio, o fordismo/taylorismo se configurou como expressão dominante do sistema produtivo e de seu respectivo processo de trabalho, na fase da grande indústria, fundamentando-se na produção em massa de mercadorias, fulcrada em uma produção homogeneizada e fortemente verticalizada.

Era necessário racionalizar ao máximo o trabalho, exaurindo qualquer forma de desperdício, reduzindo o tempo e aumentando-lhe o ritmo, em uma prática de intensificação das formas de exploração dos trabalhadores. A produção estruturava-se a partir do trabalho

fragmentado, com o parcelamento das tarefas, reduzindo as ações dos trabalhadores a um conjunto repetitivo de atividades, cujo somatório resultava no trabalho coletivo e no produto final. Nesse patamar, dava-se a extração do sobretrabalho e da mais-valia de forma extensiva, por meio do prolongamento da jornada de trabalho.

Firmava-se, então, uma linha rígida de produção, que articulava diferentes trabalhos, estabelecendo ligações entre as ações individuais, ditando o ritmo e o tempo necessários à realização das tarefas. A partir dessa configuração, subscrevia-se enquanto modo de produção em série, associado ao uso do cronômetro taylorista e que carregava em si a separação entre elaboração e execução, suprimindo a dimensão intelectual do trabalho operário e aferindo-a às esferas da gerência, competindo ao trabalhador a ação mecânica e repetitiva.

Assim, o taylorismo/fordismo representou a forma mais potencializada da racionalização capitalista do processo de trabalho, firmado por várias décadas do século XX, demonstrando sinais de esgotamento somente a partir da década de 1970, mediante comprometimento de sua estrutura. Esse comprometimento era desencadeado pela própria dinâmica social do capital que, embora parecesse efetiva, definitivamente controlada, regulada e sustentada pelo compromisso entre o capital e o trabalho e pela mediação do Estado, torna-se, mais tarde, questionada a partir do ciclo de expansão dos ideais coletivos e democráticos, como o direito ao trabalho, à moradia, à saúde, à educação, à formação profissional, ao lazer, etc.

Nesse sentido, o capital, por um lado, buscou reorganizar o seu processo produtivo e, por outro, procurou concretizar um plano de reposição da hegemonia nos mais diversos âmbitos da sociabilidade, tentando reafirmar suas formas de dominação social. Para tanto, elaborou uma plataforma ideológica, tendo como via o subjetivismo e uma idéia de fragmentação que assinala, sobremaneira, a perspectiva do individualismo, contestando as

---

<sup>1</sup> Entenda-se por flexibilização o processo que insere novas tecnologias de criação, recriação, organização e redistribuição de produtos e divisas, na perspectiva da internacionalização da economia e da mundialização dos mercados, balizado pela instituição de um novo padrão de racionalidade do processo de reprodução ampliada do capital.

formas de solidariedade e de atuação coletiva e social.

Foram tão intensas as modificações que se pode mesmo afirmar que a classe-que-vive-do-trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, atingindo não só a sua materialidade, mas repercutindo profundamente na sua subjetividade e no íntimo inter-relacionamento desses níveis (ANTUNES,1997, p.15).

Portanto, essas metamorfoses significariam:

[...] a instauração de uma nova forma de organização industrial e de relacionamento entre o capital e o trabalho [...] que possibilitaram o advento de um trabalhador mais qualificado, participativo, multifuncional, polivalente, dotado de 'maior realização no espaço de trabalho' [...] da especialização flexível [...] as chamadas 'características novas' da 'nova fase', mais apropriada a uma interação entre o capital e o trabalho e, nesse sentido, superadora das contradições básicas constitutivas da sociedade capitalista. (ANTUNES, 2000, p. 48)

Na realidade, conformam-se outras tendências:

a) No que diz respeito à introdução da tecnologia computadorizada, esta não tem significado a emergência do trabalho qualificado, e sim, tem demonstrado a consolidação da produção em larga escala e das diretrizes de acumulação intensiva; b) as mudanças no processo capitalista de trabalho não são tão profundas, exprimem uma contínua transformação dentro do mesmo processo de trabalho, perpassando sobretudo as formas de gestão e o fluxo de controle, mas que levam impreterivelmente à intensificação do trabalho, "[...] retendo o caráter essencialmente capitalista do modo de produção vigente e de seus pilares fundamentais." (ib., p.49); c) temos na nova "[...] divisão de mercados o desemprego, a divisão global do trabalho, o capital volátil, o fechamento de unidades, a reorganização financeira e tecnológica" (HARVEY apud ANTUNES, 2000, p.50), d) além da eliminação, transferência, terceirização e o enxugamento das unidades produtivas.

Passa-se a gerir uma acentuada e generalizada potencialização da capacidade produtiva da força de trabalho, tendo como palco uma revolução microeletrônica - com a automação, a robótica etc. - a expansão do setor de serviços e em pauta expressões particulares desta nova ótica, como a qualidade total e a gestão participativa.

Já no que se refere, especificamente, à força humana de trabalho nessa aferição produtiva, desenvolve-se uma estrutura flexível em que se recorre à desconcentração produtiva e às empresas terceirizadas, utilizando-se de

[...] novas técnicas de gestão da força de trabalho, do trabalho em equipe, das 'células de produção', dos 'times de trabalho', dos grupos 'semi-autônomos', além de requerer, ao menos no plano discursivo, o 'envolvimento participativo' dos trabalhadores, em verdade, uma participação manipuladora e que preserva, na essência, as condições do trabalho alienado e estranhado (HARVEY apud ANTUNES, 2000, p. 50).

Procede-se a uma reorganização do trabalho, em que se efetiva a intensificação das condições de exploração da força de trabalho, a eliminação do trabalho improdutivo e suas contrações - como as atividades de manutenção e inspeção - incorporando essas funções ao trabalhador produtivo.

Tem-se, dessa forma, o trabalho polivalente e/ou multifuncional, que é transvestido enquanto "multi-especializado e qualificado". Essas nuances são despojadas como manifestação de cunho ideológico que, na verdade, servem para despertar certa confiabilidade dos trabalhadores para o chamamento de um processo produtivo "participativo", fundamentado na captura da subjetividade desses trabalhadores em benefício do capital. Toda essa plataforma articulada a uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre várias empresas.

Este novo modelo de produção e esta nova organização do trabalho têm trazido resultados diretos e imediatos ao mundo do trabalho, indicados na desregulamentação dos direitos trabalhistas, em escala global; na fragmentação

e heterogeneização dos trabalhadores; na precarização, terceirização e temporalização dos contratos e postos de trabalho; e no refluxo do movimento sindical.

Nesse contexto, a reestruturação produtiva inscreve-se como ponto predominante de um poder ideológico, considerando a posição de objetivação universal da categoria flexibilidade para o capital em processo, tendo em vista as próprias exigências do capitalismo mundial, as novas condições de concorrência e de valorização do capital. Tais preceitos são identificados enquanto condições sócio-históricas de gênese de uma nova subordinação formal-intelectual do trabalho ao capital.

Trata-se, então, da evidência de um estágio superior de racionalização do trabalho, que não rompe com a perspectiva fordista, no que tange à reprodução do capital. Não queremos conceber, diante disso, que a flexibilização trata de uma continuidade do fordismo, mas que ambos não caminham para lados opostos quando falamos da subsunção real do trabalho ao capital.

No que se refere à ocidentalização do modelo de produção flexível, asseguram-se as questões singulares de cada sociedade, tanto em suas condições econômicas, sociais, políticas e ideológicas quanto de inserção desses países na divisão internacional do trabalho, o fluxo de seus movimentos sindicais, as condições do mercado de trabalho, entre outras questões inerentes ao processo de incorporação das diretrizes do toyotismo oriental.

Por outro lado, identificamos a vigência do Neoliberalismo - entendido como a via política nessa reengenharia produtiva, posto que ventilou as condições favoráveis à incorporação diferenciada dos elementos do toyotismo no ocidente, “[...] sendo o processo de reestruturação produtiva do capital a base material do projeto ideopolítico neoliberal, a estrutura sob a qual se erige o ideário e a programática neoliberal.” (ib. 58)

No Brasil, essa incorporação é perpassada pelos reflexos históricos do processo de desenvolvimento do capitalismo neste país, tipificado nos moldes do capitalismo tardio, concebido por Mandel (1995) não como

sinônimo de um desenvolvimento capitalista atrasado, e sim, como um capitalismo “avançado”, atual e que se centra na lei do desenvolvimento desigual e combinado, sob as dimensões de economias de centro e de periferia, considerando a totalidade e as vicissitudes das relações no circuito do mercado mundial capitalista.

Aqui o desenvolvimento desigual e combinado diz respeito não somente às questões relacionadas às políticas internacionais entre as nações imperialistas, periféricas e semiperiféricas, mas à estrutura interna do capital que, devido à busca incessante do lucro, coloca o capital em concorrência com o próprio capital. No limiar dessa concorrência, a formação da economia capitalista brasileira expressa fielmente o movimento desigual da própria acumulação de capital, numa justaposição do desenvolvimento e do subdesenvolvimento.

Reverberada por esse processo de dependência econômica, política e de gestão do capitalismo desigual e combinado, há a incorporação dos primeiros impulsos da reestruturação produtiva no Brasil, a partir da crise da dívida externa, em meados de 1981, quando, neste país, a debilidade econômica fundia às condições de reprodução do capitalismo industrial.

Nesse contexto, evidenciam-se situações de transição e de crise nas formas de identidade, de integração e conflito em sociedade, estabelecendo novas configurações em nível real e simbólico no âmbito da questão social e do curso que esta pode seguir.

No momento em que se gestam novos moldes no mundo do trabalho, através dos quais se transgridem as bases de uma sociedade salarial, põem-se em xeque os modos de socialização e as formas de integração social, cuja base está no trabalho e no pacto social que se afirmavam mediante este, assim revertendo um estatuto de proteção e inserção contido no trato à questão social.

Vivenciamos uma sociedade, capitalista até então, cuja massa de trabalhadores ocupava a condição de assalariada e era essa condição



que a vinculava à maior parte das proteções contra os riscos sociais, porque a condição salarial era, na modernidade, a matriz-base dessas sociedades. Na contemporaneidade, cria-se o abismo quando se firma o declínio - para não dizer o aniquilamento - da condição salarial para uma enorme parcela dos trabalhadores, em escala mundial.

[...] o desemprego em massa e a instabilidade das situações de trabalho, a inadequação dos sistemas clássicos de proteção para dar cobertura a essas condições, a multiplicação de indivíduos que ocupam na sociedade uma posição de supranumerários, "inempregáveis", inempregados ou empregados de um modo precário, intermitente. (CASTEL, 1998, p. 21).

Contudo, não podemos falar do fim da condição de assalariamento, haja vista que, atualmente, expande-se o setor de prestação de serviços, cuja remuneração desse tipo de trabalho recorre à figura do salário. Mas o que se verifica é a ruptura com o estatuto de proteção contra os riscos sociais, visto que este passa a não mais existir no novo e precário mundo do trabalho, sendo estabelecidas formas precarizadas e fragmentadas de inserção social.

Diante da nova ofensiva do capital, ganha centralidade a problemática da integração e/ou coesão social, num cenário em que se prima pelas determinações da dissociação social através dos ditames da vulnerabilidade, da invalidação e da exclusão em massa, ou como concebe Castel, do processo de "desfiliação", no qual o indivíduo é colocado em situação de flutuação na estrutura social, passando a vagar à margem da sociedade sem encontrar um lugar designado.

Silhuetas incertas, à margem do trabalho e nas fronteiras das formas de troca socialmente consagradas - desempregados por período longo, moradores dos subúrbios pobres, beneficiários da renda mínima de inserção, vítimas das readaptações industriais, jovens à procura de emprego e que passam de estágio a estágio, de pequeno trabalho a ocupação provisória [...] (Ib. 23)

E, nessas situações descritas, encontramos o trabalho como um elo que pode representar um suporte de inserção na estrutura social, através de uma relação sólida e estável de forma a representar uma área de integração ou através de uma relação aleatória - fator determinante para uma "possível" recolocação na dinâmica social. Todavia a não participação em uma atividade produtiva e/ou a ausência de relação com o trabalho traz para o indivíduo a exclusão<sup>2</sup>.

Ainda nesse contexto, há uma zona que se configura enquanto intermediária, que é perpassada pela vulnerabilidade social disposta no trabalho precário e na fragilidade dos mecanismos de proteção, delimitando a parcela de incluídos precariamente. Mas quando há uma crise, como a que se firma na contemporaneidade, essa zona intermediária se dilata, alavancando processos de exclusão e/ou desfiliação.

Diante do exposto, a questão social persiste incisivamente, todavia metamorfoseando-se na aproximação dos atores intitulados de "inúteis para o mundo", reconhecidos nos vagabundos da revolução industrial, como também nos inúmeros "inempregáveis" do mundo do trabalho da atualidade, particularizando, é claro, os processos que geravam tais situações e as diferentes dinâmicas no que concerne à forma de suas manifestações, mas podendo ser comparados.

Essa problematização se fundamenta em um divórcio entre o reconhecimento dos direitos dos cidadãos - com o respaldo da ordem jurídico-política - e uma ordem econômica que assinala e sustenta a pauperização e a desmoralização da massa de trabalhadores. Sobrepõe-se um enigma social entre a coesão e a fratura da sociedade, que coloca em questão

<sup>2</sup> A exclusão, para Martins (1997, p.19), consiste em um processo crescente de acumulação da pobreza, e esta, em níveis absolutos, passando a incorporar um caráter de irreversibilidade, em que o excluído não vê nenhuma possibilidade de ascensão social nem dispõe dela "[...] Ela cai sobre o destino dos pobres como uma condenação irremediável."

a capacidade de uma sociedade - em termos políticos - existir como um conjunto ligado por relações de interdependência. Do contrário, estamos falando de um colapso da sociedade, causado pelas tensões sociais inerentes a um processo de reestruturação produtiva que prima pela desordem do mundo do trabalho e pela vulnerabilidade e/ou pulverização dos trabalhadores.

Assim, a questão social aqui se põe em uma “[...] aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura.” (Ib. 30)

Na sociedade industrial, entrou em cena o “social”, que se inscreveu no *hiato* entre a organização política e o sistema econômico, como uma articulação que se desdobrava nesse espaço e que não obedecia estritamente nem à lógica econômica nem à maestria política. Na verdade, configurava-se como um complexo de sistemas de regulações não mercantis que preenchiam uma lacuna na sociedade, que procedia com um conjunto de dispositivos montados para “proteção” e “integração” social. Naquele momento, o Estado assumiu um papel fundamental no espaço social, materializado em intervenções públicas que se centravam na gestão e manutenção da organização do trabalho e como regulador das relações de trabalho. Tudo isso aconteceu mediante um árido reconhecimento de uma questão social que se apresentava e que prescindia de estatutos sociais delimitados, dada a coexistência de pressões e tensões exercidas por aqueles que se perfilavam em um espaço de organização do trabalho e de definição de uma nova base social.

Esses novos supranumerários são, no entanto, lançados a uma sorte bem pior dos desprotegidos dos tempos da emergência da questão social, os quais ainda faziam parte, mesmo que em último lugar, de uma sociedade de classes interdependentes, vinculando-se ao conjunto de trocas sociais e buscavam, por um lado, pelo viés reformista, a redução das desigualdades sociais e uma política de oportunidades de inserção social, e, por outro lado, sob a ótica revolucionária, lutavam por uma transformação da estrutura social.

Já os atuais supranumerários são os supérfluos, nem sequer fazem parte de uma parcela de explorados. São lançados para fora do setor de vida social, são conferidos como sem valor social, não representando uma força de pressão e/ou um potencial de luta por uma vida melhor. E, assim, inaugura-se, dentro do leque de problemáticas sociais, que já não podemos constituir uma unidade diante da amplitude de multiplicidade de expressões da questão social, um enigma na sociedade: Não são mais atores sociais, posto que não detêm valor social, não produzem nada de socialmente necessário. Sendo assim, como podem existir socialmente? Mas, como não existem? Eles estão presentes nas ruas, nas esquinas, embaixo dos viadutos e são famílias inteiras!

Assim, **evidencia-se uma nova problemática, mas não outra questão social** “[...] a volta histórica [...] cristaliza na estrutura social [...] os vagabundos antes da revolução industrial [...] os “miseráveis” do século XIX [...] os excluídos de hoje - inscreve-se numa dinâmica social global.” (Ib. 33). Contudo, coloca-se em questão, segundo Castel: Qual é o limite de tolerância de uma sociedade democrática para o processo de invalidação social? O que fazer para reintegrar socialmente esses supranumerários e cessar com esse processo de exclusão que, de tão crescente, ameaça desfazer o corpo social? E o Estado Social, que representava o ponto de interseção do mercado e do trabalho regulando o crescimento econômico e estruturando a condição salarial? À medida que a economia se reautonomiza e a condição salarial se desagrega, esse Estado passa a perder o seu poder de integrador e, posteriormente, o seu caráter social.

Com a proposta de modernização do Estado, cuja diretriz tem por base os ditames do neoliberalismo, fundamenta-se um caminho que, necessariamente, não é dos compromissos sociais, tendo em vista que o mote central são o crescimento econômico e a reprodução do capital. Desse modo, podemos conferir como sendo o núcleo atual da questão social a (re)emergência de “inúteis para o mundo”, apre-



sentados agora como “[...] supranumerários e, em torno deles, uma nebulosa de situações marcadas pela instabilidade e pela incerteza do amanhã que atestam o crescimento de uma vulnerabilidade de massa” (Ib. 593).

Essa vulnerabilidade se apresenta face a face com um estado de pós-proteções. Aqui, estamos nos reportando ao desmantelamento de uma rede de proteções sociais e regulamentações entre o capital e o trabalho, um exacerbado retrocesso social.

A nova perspectiva que se engendra é a de que cada vez mais se instaura uma sociedade de indivíduos que já não mais constituem uma identidade social, dando uma nova face ao processo de individualização, classificado por Castel como sendo um “[...] individualismo negativo [...] <obtido> por subtração em relação ao encastramento em coletivos” (Ib. 596), apontando para um “individualismo coletivo” - em uma forma anômica - que difere da forma de individualização que reúne a valorização do indivíduo e sua independência total quanto a pertencimentos coletivos.

Essa fragmentação de organizações e/ou enquadramentos coletivos, que indicavam a construção e manutenção de uma identidade social, passa a extrapolar o veio do trabalho, suas relações e interconexões, afetando, também, a vida extratrabalho, flexibilizando a própria vida social. E essa é a primeira premissa a ser considerada na relação entre a reestruturação produtiva e o Serviço Social, que é a vertente de construção e/ou de reconstrução de um “novo” equilíbrio do capital que, sobretudo, não se reflete apenas na esfera da produção, mas atinge amplamente o patamar das relações sociais. Isso acontece porque a reorganização proposta cria e recria mecanismos sócio-políticos, culturais e institucionais necessários à reestruturação do ciclo do capital e à manutenção do processo de reprodução social, ainda que em outros moldes.

Assinalamos, nessa perspectiva, um desafio teórico-analítico, como afirma Netto (1996), “(...) que significa explicar e compreender como para o Serviço Social e seu

arcabouço teórico-metodológico reflete o impacto das transformações societárias.” Decerto, é preciso ler e decifrar as mudanças conjunturais que vêm afetando o mundo da produção, a intervenção do Estado e o campo das políticas públicas.

Nesta análise, convém evidenciar que, como afirma Iamamoto (2000), não se pode considerar o cenário que se configura na contemporaneidade apenas como pano de fundo da intervenção do assistente social, vez que o atual quadro sócio-histórico permeia e conforma o cotidiano do nosso exercício profissional.

[...] é necessário romper com uma visão endógena, focalista, uma visão “de dentro” do Serviço Social, prisioneira em seus muros internos. Alargar os horizontes, olhar para mais longe, para o movimento das classes sociais e do Estado em suas relações com a sociedade [...] [sob esse prisma] um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir das demandas emergentes no cotidiano. (IAMAMOTO, 2000, p. 20)

Nesse sentido, remetemo-nos à possível direção apontada por Mota (1998): a articulação orgânica entre as dinâmicas da economia e da política, para que possamos ler e decifrar criticamente o discurso político dominante expresso no processo de reestruturação produtiva. Tendo por base essas delimitações, Mota (1998, p. 24) visualiza a hipótese de que

[...] a atual recomposição do ciclo de reprodução do capital, ao determinar um conjunto de mudanças na organização da produção material e nas modalidades de gestão e consumo da força de trabalho, provoca impactos nas práticas sociais que intervêm no processo de reprodução material e espiritual da força de trabalho, onde se inclui a experiência profissional dos Assistentes Sociais.

A partir dessa idéia, são apontados novos desafios para o profissional do Serviço Social,

considerando as novas modalidades de produção e reprodução social da força de trabalho e os desdobramentos sociais, que determinam a elucidação de novas “competências” técnico-políticas, configurando-se um novo estatuto de demandas postas à profissão, que se refletem no universo do assistente social sob duas dimensões, quais sejam: o que concerne às questões de alteração no mercado de trabalho e nas condições de trabalho profissional; e o surgimento de novas problemáticas sociais que podem ser mobilizadoras de intervenções estratégicas do assistente social para que esse profissional elaborar proposições teórico-metodológicas, políticas e éticas que elucidem linhas de enfrentamento às novas questões postas à sua profissão.

Considerando o que afirma Iamamoto ,

(...) as possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho. Assim, a conjuntura não condiciona unidirecionalmente as perspectivas profissionais; todavia impõe limites e possibilidades. (2000, p. 27)

É preciso, entretanto, esclarecer que, a partir da leitura e captura das tendências e possibilidades apresentadas pelo novo e precário mundo do trabalho, podemos apreender as novas necessidades sociais postas, contudo elas estão subjacentes às demandas profissionais, posto que estas últimas não se resumem às necessidades sociais ou se confundem com elas.

Para esclarecer essa diferenciação entre necessidades e demandas, reportamo-nos ao significado de ambas. Primeiramente, faremos referência às necessidades, tomando um conceito clássico, via Marx, no tocante à teoria das necessidades humanas, cuja primeira premissa é a de que, em toda a existência humana e, por conseguinte, em toda história, os homens têm de estar em condições de viver

para poderem fazer história, fazendo parte da vida, sobretudo, o ato de comer e beber. Assim, para Marx, constitui-se como primeiro ato histórico a produção dos meios para satisfação dessas necessidades, sendo visualizada a própria vida material como condição fundamental de toda a história.

Prosseguindo nesse entendimento, com a primeira necessidade satisfeita, essa ação de satisfação e os meios de obtenção da satisfação levam à criação de novas necessidades, e essa produção de novas necessidades é história. Na sociedade capitalista, são apreendidas como necessidades alienadas, posto que se baseiam em necessidade econômica e/ou de consumo. E o que se propõe em Marx é uma transição revolucionária que transpõe esse tipo de necessidade alienada para um sistema de necessidades radicalmente distinto, centrado na riqueza das necessidades qualitativas - tal transição tem seu fulcro na efetivação da práxis revolucionária, com a revolução política e a constituição de uma emancipação humana.

HELLER (1986) indica, segundo Marx, a classificação histórico-filosófico-antropológica das necessidades, nas seguintes categorias: as necessidades naturais – que são as biológicas, de manutenção das condições vitais; as necessidades socialmente determinadas - as de conteúdo social, produzidas no conjunto das relações sociais. Ambas constituem a estrutura das necessidades necessárias à manutenção e reprodução do homem e são satisfeitas a partir do trabalho

No bojo do acirramento das contradições da relação capital/trabalho e dentro das tensões produzidas, emergem, segundo Marx (apud HELLER, p.1986), as necessidades radicais, que só serão satisfeitas na transcendência da sociedade capitalista, porquanto contestam e buscam a superação da disposição da mesma.

Já nos reportando às demandas, tomamos como ponto de partida a colocação de Mota (1998, p.25), para quem

As demandas, a rigor, são requisições técnico-operativas que, através do mercado de trabalho, incorporam as

exigências dos sujeitos demandantes. Em outros termos, elas comportam uma verdadeira “teleologia” dos requisitantes a respeito das modalidades de atendimento de suas necessidades. Por isso mesmo, a identificação das demandas não encerra o desvelamento das reais necessidades que os determinam.

Em relação ao profissional de Serviço Social, reproduz-se na sociedade por ser socialmente necessária, insere-se em processos de trabalho social produzidos pela sociedade, atuando na criação e prestação de serviços que demandam das necessidades sociais, conferindo, para si, um valor de uso, uma utilidade social, sendo, assim, legitimada socialmente.

Todavia, é preciso estar atento quanto à relação que se faz entre as necessidades sociais e os desdobramentos sociais da reestruturação produtiva, para que não transformemos as necessidades sociais em demandas do mercado, chegando a negar, a contrapor e a contradizer as reais necessidades sociais dos indivíduos sociais.

Por essa razão, tomamos como central a problematização das demandas, como um caminho para a apreensão das mediações que ligam as reais necessidades sociais, dentro do processo de reestruturação produtiva, e as exigências postas ao trabalho do assistente social para, a partir daí, fomentar objetos e objetivos estratégicos de intervenção do Serviço Social, assinalando ponto de atuação que se orienta pela conexão da análise das tendências societárias macroscópicas e pelos objetivos e valores ético-políticos amplamente defendidos em um projeto profissional para a sociedade, numa ação coletiva .

Nesses termos, é colocada ao assistente social a tarefa de identificar, na atualidade, o conjunto de necessidades políticas, sociais, materiais e culturais, na dimensão do capital, na variação do trabalho, no campo das necessidades sociais, no prisma das demandas emergentes, refazendo o caminho entre as demandas postas e as suas necessidades

fundantes, o espaço, as determinações sociais e sua complexidade na sociedade capitalista contemporânea, particularmente nas inflexões promulgadas no processo de reprodução social.

Circunscreve-se no plano das necessidades do capital, na forma de respostas à crise pela qual perpassa, a determinação de novas formas de domínio do trabalho, sendo, para isso, posta em prática uma verdadeira reforma intelectual e estrutural do trabalho e dos trabalhadores, em que se promulgam a idealização e a construção de uma nova cultura de trabalho, permeadas por uma racionalidade política e institucional que indique uma nova conotação e/ou organização social que, sobretudo, elucide um novo modo de pensar, de agir, sentir, viver e conceder compatíveis com o vigente projeto do capital.

A reestruturação produtiva, no plano da classe dominante, processa-se com base no ideário econômico-político do neoliberalismo, expresso nas diretrizes da economia de mercado, na regulação mínima estatal e na subordinação de projetos e/ou processos sociais às necessidades dessa reestruturação do capital que, para os trabalhadores, apresenta os reflexos de um momento de crise como o desemprego, a precarização do trabalho e das relações de trabalho, bem como a flexibilização que também é proposta ao Estado e ao Sistema de Proteção Social, além de demarcar uma nova configuração de sociabilidade, pautada em práticas pragmáticas de enfrentamento à crise, em detrimento das formas históricas de organização das mesmas, que condensavam uma cultura política revolucionária oposta à ordem do capital e que compunha uma base de lutas em busca de uma sociedade mais justa. Assim, essa sociabilidade que emerge, relaciona-se e alterna-se na cadência do projeto do capital e de todas as necessidades inerentes a um novo ciclo deste e de sua hegemônica reprodução.

Além do conjunto de mudanças no âmbito da produção e da organização social, a reestruturação produtiva e o novo ciclo do capital também direcionam uma nova

delimitação e intervenção da gestão estatal, sob a égide de transformações nas relações entre o Estado, a sociedade civil e o mercado e a reconfiguração de suas disposições e papéis.

Processam-se essas mudanças através de uma série de medidas de ajuste econômico e de reformas institucionais que se materializam, predominantemente, segundo Mota, em torno dos mecanismos de privatização, pressões do mercado para supressão de direitos sociais e trabalhistas e do processo de “naturalização” da superexploração do trabalho: “O objetivo é reduzir o papel do Estado na área das políticas de proteção social e na regulação das condições de produção material [...]” (1998, p.37).

Para o sistema de proteção social, é prevista a substituição da ação do Estado pela atuação de organizações particulares, sendo estas responsáveis também pelo controle das ações em torno do social. Na esfera da produção e do trabalho, é proposto o deslocamento da regulação legal dos contratos de trabalho para as livres negociações.

Dessa forma, ocorre a submissão dos direitos sociais e trabalhistas à funcionalidade do mercado, promovendo uma nova mercantilização da força de trabalho e a redução e/ou mesmo negação de direitos historicamente conquistados, como também da dimensão ética dos mesmos. Neste momento, é exaltado e findado o critério de eficácia e produtividade no mercado e no mundo econômico, como os valores essenciais da modernidade.

O momento atual é o da passivização da ordem: a expansão do capital requer e exige a recusa à plena cidadania, ainda que formal. Trata-se da quebra de direitos sociais com base na acumulação e na velha/nova cidadania burguesa. O ‘novo’ como matriz de reconstrução e permanência do ‘velho’ (MOTA, 1998, p.38).

Inserido nesse contexto de redefinições das práticas sociais, configura-se o campo de intervenção do assistente social. Todavia é preciso cautela na leitura e no trato que suscitam as demandas profissionais que são colocadas para esse profissional. Tal advertência prende-se ao fato de que algumas demandas postas, como: programas de formação de mão-de-obra; qualificação e requalificação

profissional; engajamento do mercado de trabalho; atividades do mercado informal como alternativa para solucionar o problema do desemprego e complementação da renda familiar; e a mercantilização do trabalho doméstico, dentre outras, na verdade, evidenciam as necessidades do processo de reestruturação produtiva e do próprio capital, tendo como estratégia de fundo a integração passiva dos trabalhadores à nova (des)ordem do capital.

Essas demandas dão continuidade e potencializam o que, historicamente, o capital vem “ (...) tirando das mangas da camisa como um coringa (...)”, segundo Mota (1995), como os “aparelhos privados de hegemonia”, que são as instituições - ditas de políticas sociais públicas - a serviço e para o atendimento das necessidades particulares do capital, que criam e recriam escolas e agências de trabalho reestruturado.

O efeito de todas essas novas / velhas estratégias tem colocado para o assistente social o redesenho das esferas do trabalho, da cultura, da vida privada, do papel e da intervenção do Estado e da sociedade civil. E mais, tem processado o trajeto de algumas das necessidades do processo de reestruturação produtiva para o campo das demandas postas aos assistentes sociais, via o conjunto de mediações existentes na interpelação do capital e a sociedade, nas formas de enfrentamento da crise e das expressões da questão social, nas contradições geradas pelo processo de reestruturação produtiva, na desresponsabilização do Estado, no processo de despolitização das necessidades do trabalho e dos trabalhadores etc.

Cabe, no entanto ao assistente social reconstruir “[...] o caminho entre a demanda objetivada e as relações que a determinam [...] a reconstrução dos seus objetos de intervenção e das suas estratégias de ação [...]” (MOTA, 1995, p.42). A nosso ver, a adoção dessa postura subentende que ele deve seguir rumo ao horizonte onde está a efetivação do projeto ético-político-profissional que objetiva a práxis do Serviço Social.

Nesse contexto, estabelece-se um paradoxo para o Assistente Social, posto que, por um lado, está o projeto profissional da categoria voltado à defesa dos direitos sociais, da democracia, da universalidade no acesso aos bens e serviços e a defesa dos interesses da coletividade, mas do outro lado, impõem-se as prioridades orçamentárias que incorporam uma lógica contabilista, onde todos tem direito aos serviços sociais públicos, mas os recursos não são destinados a todos, então pulveriza-se, reduz-se, corta-se estes serviços e sonega-se o direito universal de uma Constituição Cidadã.

Para as políticas sociais públicas, o rebatimento da proposta neoliberal, sobretudo pela via da Reforma do Estado, aponta para sua focalização, descentralização e privatização, configurando um arrefecimento dos direitos sociais, materializados através dos serviços sociais públicos. Cabe ressaltar que o enxugamento dos gastos públicos do Estado se dão de forma unidirecional, posto que ocorrem apenas no plano da proteção social, já que é cada vez maior a linha de proteção do Estado aos oligopólios, passando o fundo público a sustentar os grandes capitais.

Nesse patamar, na sociedade brasileira, tem-se feito “[...] do interesse privado a medida de todas as coisas, obstruindo a esfera pública, a dimensão ética da vida social pela recusa das responsabilidades e obrigações sociais do Estado” (IAMAMOTO, 2000 p.37).

Assim, a questão social tem apresentado, atualmente, traços “modernos” inseridos num contexto de globalização, porém tem reafirmado particularidades históricas no processo de desigualdades sociais, sendo, pois, possível “[...] na coexistência de temporalidades históricas desiguais [...]” (IAMAMOTO, 2000 p.37) encontrarmos marcas do passado e do presente, constatando um ciclo de radicalização da questão social.

Confirma-se, então, o desafio com que se depara o assistente social que, cotidianamente, trabalha diretamente com questões de saúde pública, da criança e do adolescente, do idoso, da violência, da educação e com os sujeitos que experienciam essas questões, sempre em busca de estratégias que possam resolver as questões da pulverização das políticas públicas.

Por outro lado, temos um problema central: o do domínio do capital financeiro sobre o capital produtivo, fazendo emergirem o desemprego e a crescente exclusão de contingentes hiperexpressivos de trabalhadores do mercado de trabalho, radicalizando a questão do trabalhador livre, que não consegue se transformar em trabalhador assalariado, porque, em ritmo acelerado, o enorme contingente de trabalhadores sobrantes não é absorvido pelas necessidades do capital, nem o será nas atuais condições de desenvolvimento das forças produtivas. Cada vez mais, esses sujeitos são atingidos pela miséria, que lhes compromete os direitos sociais, a satisfação das necessidades básicas e o próprio direito à vida.

Devido a isso, na divisão social e no mundo do trabalho, o perfil exigido para o assistente social vem mudando na sociedade e no próprio mercado de trabalho. A emergência de novos perfis, demandas e formas de atuação decorre do fato de a esfera de trabalho dos prestadores de serviços sociais ter sido sempre a da reprodução social, predominantemente estatal, e a gradativa perda estatizante dessa esfera vem lhes conferir uma situação de desespecialização e desqualificação frente às novas expressões da questão social e às novas formas de trabalho que, a rigor, começam a se delinear (ALMEIDA, 2000, p.08).

Por outro lado, com as novas mediações históricas refletidas na questão social, conformam-se novas perspectivas acerca do seu enfrentamento. O grande desafio para os assistentes sociais é como fazer frente ao contexto sócio-político e econômico - terreno adverso aos princípios ético-políticos que norteiam o Serviço Social. Todavia, não se trata de assumir uma postura messiânica, redentora nem mágica. Qualquer (ou quaisquer) forma (s) de enfrentamento assumida (s) pelo assistente social passa, inexoravelmente, pelo projeto político de sociedade. Portanto, uma das formas emergentes de atuação consiste em decifrar os determinantes e as múltiplas expressões da questão social e identificar também as práticas de resistência e de rebeldia gestadas e vivenciadas pelos sujeitos sociais que experienciam os recortes da questão social.



Já no que se refere ao mercado profissional de trabalho para o Assistente Social este também tem sofrido o impacto das atuais transformações, sobretudo no que concerne às relações que se processam entre o Estado e a sociedade.

A municipalização das políticas públicas tem assinalado para uma possibilidade de ampliação do mercado de trabalho profissional, vez que emergiram novos canais de intervenção da sociedade civil organizada no fomento, na gestão e no controle das políticas sociais. Tais canais se expressam nos Conselhos de Saúde, de Assistência Social e Previdência, nos Tutelares, de Direitos Humanos etc.

Nesse entendimento, os Conselhos podem se tornar campos da capacitação e intervenção dos assistentes sociais

[...] na elaboração de planos de assistência social; na organização e mobilização popular em experiências de orçamentos participativos; na assessoria e consultorias no campo das políticas públicas e dos movimentos sociais; em pesquisas, estudos e planejamentos sociais [...] (ib. 125)

Outro demanda que emerge para o Serviço Social consiste na gestão social pública que, em consonância com as diretrizes apontadas por organismos internacionais, adquire uma nova perspectiva à gerência pública, ao distinguir a administração pública burocrática das formas de gerência desenvolvidas nas organizações privadas. Trata-se de uma nova gerência que exige conhecimento do contexto político e constitucional em torno da gestão governamental, competência para agir diante de pressão política constante e habilidade para trabalhar em consonância com as metas estabelecidas, dentro da lei e sob o controle do sistema jurídico da estrutura organizacional.

A bem da verdade, essa “nova” perspectiva, segundo Klisksberg (apud IAMAMOTO, 2001), busca forjar um “Estado Inteligente” que alie a competência - diante da complexidade e da incerteza de melhorar a qualidade aos serviços prestados aos cidadãos,

tendo como parâmetro o desenvolvimento humano e econômico do aperfeiçoamento democrático, à transparência nas ações do poder público e, evidentemente, ao controle social, mediante participação dos cidadãos.

Levante-se ainda a abertura de mercado profissional para os assistentes sociais, na esfera das ONG's -Organizações Não Governamentais – que, com a retração do Estado na prestação dos serviços sociais, apresentam um crescimento enquanto forma de terceirização desses serviços, haja vista que têm atuado em parceria com o Estado ou com entidades de financiamento, na formulação, gestão e avaliação de programas e projetos sociais com atuação em diversas áreas.

As organizações empresariais têm requisitado profissionais para ocuparem área dos Recursos Humanos, cuja atuação tem se dado em torno de programas de “qualidade de vida no trabalho”, saúde do trabalhador, gestão de recursos humanos, gerenciamento participativo, administração de benefícios, círculos de qualidade, sindicalismo de empresas, treinamento e reciclagem de pessoal, constituição de orçamentos sociais, etc.

A atuação do assistente social nessa área tem exigido novas qualificações que, somadas às já tradicionalmente existentes na formação desses profissionais, irão compor um perfil de profissional experiente, criativo, desembaraçado, versátil, interdisciplinar, com iniciativa e liderança, com capacidade de negociação, com fluência verbal, habilidade em e com o público, além da capacidade de se sintonizar com as mudanças no mundo dos negócios, como requerem o mercado e as corporações empresariais na atualidade.

Enquanto funcionários públicos, os assistentes sociais vêm sendo atingidos pelos efeitos da Reforma de Estado, que tem primado pela redução do campo de emprego e precarizado as relações de trabalho, notavelmente através da “[...] redução dos concursos públicos, da demissão de funcionários não estáveis, contenção salarial, corrida à aposentadoria, falta de incentivo à carreira, terceirização acompanhada de contratação precária, temporária, com perda de



direitos” (IAMAMOTO, 2001, p.124).

É preciso considerar a reemersão de um contingente de voluntários que também firmam uma atuação no âmbito da “questão social”. Há voluntários “Amigos da Escola” e tantos outros que irão surgir, representantes das pessoas da sociedade e que, sensibilizadas pelo discurso de “solidariedade”, doam uma parcela de seu tempo livre para “ajudar” instituições e entidades públicas e/ou filantrópicas que atuam na educação, na saúde, com idosos, etc.

Convém destacar que está por trás dessa ampla campanha do voluntariado mais uma tentativa de repasse da responsabilidade do Estado com o trato das questões sociais à sociedade civil, maquiando o sucateamento das instituições estatais pela falta de contratação dos profissionais competentes, pelo corte nos recursos e verbas, pela pulverização das ações e conseqüente comprometimento da qualidade e abrangência dos serviços sociais prestados por uma dada instituição.

(...) a reforma neoliberal, ao promover uma suposta “passagem” dos serviços e assistência sociais do Estado para o setor privado (mercantil e “terceiro setor”), ao promover uma “refilantropização” (Cf. YASBEK, 1995) e uma “remercantilização” da “questão social”, não está, no entanto, promovendo paralelamente uma passagem do Serviço Social do Estado para o chamado “terceiro setor”, como muitas vezes se supõe (...) o que parece se processar, na verdade, é uma tendencial perda paulatina do espaço profissional – ocupacional dos assistentes sociais (fundamentalmente no âmbito estatal), que deixa lugar para – porém não evolui em – um aumento das práticas filantrópicas e voluntárias ( no interior do chamado “terceiro setor”) . (MONTAÑO, 2002:248)

(...) a clara precarização das condições de trabalho das condições de trabalho do assistente social, sua terceirização e/ou sua substituição por agentes de menor preparo e salários mais baixos (ou voluntários), precarizando/reduzindo a demanda por assistentes sociais, o que, por seu turno, se reflete negativamente na qualidade daqueles serviços. (Ib. 249)

Nessa perspectiva voluntarista, ocorrem uma banalização e uma fragmentação no enfrentamento das expressões da questão social.

Diante desse quadro contextual, fica evidente que é preciso retornar os coletivos em direção à defesa da radicalidade democrática e, dentre as lutas sociais, priorizar a oferta e a qualidade da prestação dos serviços sociais públicos, da preservação e da ampliação de postos de trabalho, afetados pelo projeto político-econômico e social implementado pelo Neoliberalismo, enquanto reação do capital.

Na área do conhecimento em Serviço Social, a pesquisa apresenta-se como um instrumento indispensável, haja vista que permite captar interesses e necessidades, núcleos de contestação e resistência, formas de luta e de reinvenção do cotidiano em defesa da vida e da dignidade dos trabalhadores e da população. Portanto, a realidade social exige um assistente social

[...] culto e atento às possibilidades descortinadas pelo mundo contemporâneo, capaz de formular, avaliar e recriar propostas em nível das políticas sociais e da organização da sociedade civil ... informado, crítico e propositivo, que aposte no protagonismo dos sujeitos sociais ... que supere tanto o teorismo estéril, o pragmatismo, quanto o mero militante. (Ib. 144)

É necessário, cima de tudo, um assistente social que seja comprometido com a sua capacitação permanente, que invista em sua formação intelectual, cultural e que acompanhe a dinâmica histórico-conjuntural dos processos sociais, extraíndo dos mesmos propostas de trabalho, contidas na contemporaneidade enquanto transformações e possibilidades.

Sob essa perspectiva, delineiam-se as formas possíveis de investigação em torno das demandas postas ao Serviço Social, uma vez que a prática do assistente social não pode se revelar a si mesma, mas encontra sua inteligibilidade e sentido na história da qual é parte e expressão. Assim, demandas têm sido forjadas nas relações entre o Estado e a sociedade e, a partir do seu desvelamento, é que apreendemos as demandas inscritas atualmente.

A história tem inscrito o primado da produção da riqueza social e da constituição dos sujeitos sociais, bem como das relações entre as classes sociais e suas frações, com as quais tem levantado os fundamentos das problemáticas sociais, da exclusão social e política, e aponta, por outro lado, a chave para a solução desses problemas.

Nessa perspectiva, afirmamos que a identificação das atuais demandas para o Serviço Social passa pelo movimento da sociedade, do Estado, das classes sociais e dos projetos políticos, relacionada aos processos de trabalho e ao mercado de trabalho nacional e mundial, uma vez que a produção da riqueza social e os indivíduos sociais têm o trabalho enquanto categoria e/ou atividade fundante.

Decerto, nesses moldes, inscrevem-se as demandas para a profissão. Reconhecemos que as atuais transformações no mundo do trabalho têm alterado e redimensionado tais demandas, suscitadas à ação das políticas sociais implementadas pelo assistente social sob a forma de serviços sociais.

A ausência de tais serviços na área estatal agudiza o processo de barbarização nas condições de vida e de trabalho para a classe trabalhadora, promovendo a radicalização da pobreza e da miséria, na medida em que

impossibilita a obtenção do trabalho e, com isso, a satisfação das necessidades básicas dos sujeitos sociais.

Vivenciamos a alteração, em massa, do modo de vida das classes populares, que estão sendo criados e recriados nesse movimento histórico. Processos sociais contemporâneos vêm forjando e alterando as demandas por parte da população usuária dos serviços sociais.

[...] estamos diante de uma sociedade brasileira com novas feições: com uma distinta conformação das classes sociais, dispendo de formas peculiares de organização dos processos de trabalho, e uma ampla diferenciação interna das classes subalternas, acompanhada da ampliação significativa da população excedente, alijada do mercado formal de trabalho. (Ib. 158)

Sem dúvida, as mudanças estruturais como as que se processam na atualidade são complexas e, nem sempre, com muita visibilidade no terreno das demandas “[...] convivem ao mesmo tempo e, às vezes, se entrecruzam demandas tradicionais (ou tradicionais travestidas de novas roupagens e/ou expressões) e de demandas potenciais” (SERRA, 2000, p.163). Nessa perspectiva, circunscrevem-se as atuais demandas postas ao assistente social na contemporaneidade.

**ABSTRACT**

*The present objective article to argue the mediations of current of the demands ece of fishes to the social assistant from the clipping of social transformations, over all, focusing the metamorphoses of the world of the work and the new expressions of the social mutter. Search to identify, in this context, the situations of transitions and crisis in the forms of identity of integration and conflict in the society, Radicalized for the fragments of the public and democratic sphere of the state. In intetion to point the mediations to the traditional demands, reedited, imminent and potential of the expressed social service in the diverse forms of poor conditions of life and work of the population.*

**Keywords:** *Present; Demand; Social Service.*

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Bernadete de Lourdes F. de. A Questão da seguridade social na contemporaneidade. João Pessoa: DSS/PPGSS/UFPB, out. 2000. 28 p. (mimeo)
- ALVES, Giovanni. O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. 1ª ed. São Paulo: BOITEMPO, 2000. 365 p.
- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1998. 155 p. ISBN 85-249-0555-7
- CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira. As atuais demandas postas ao assistente social: entre as transformações no mundo do trabalho e as novas expressões da questão social. (Dissertação de Mestrado). João Pessoa: PPGSS/UFPB, 2002. 223p.
- CASTEL, Robert. As metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1995. 611 p. ISBN 85.326.1954-1
- HELLER, Ágnes . *Teoría de las necesidades en Marx*. 2ª ed. Barcelona: Ediciones Peninsula, 1986. 183 p. ISBN 84-297-1447-2
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2001. 326 p. ISBN 85-249-0693-6
- IANNI, Octávio. A era do globalismo. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 256 p. ISBN 85-200-0421-0
- LESSA, Sérgio. Trabalho e ser social. Macéio: EUFC/EDUFAL, 1997.
- MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política: Livro I v. 01. 16ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. 966 p. ISBN 85-200-467-9.
- MOTA, Ana Elizabete. (org.) A nova fábrica de consensos. São Paulo: CORTEZ, 1998. 215 p. ISBN 85-249-0691-6
- NETTO, José Paulo. Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. IN: Serviço Social e Sociedade n.º 50. São Paulo: CORTEZ, 1996. 132 p.
- SERRA, Rose M. S. Crise de materialidade no Serviço Social: repercussões no mercado profissional. São Paulo: Cortez, 2000. 200 p. ISBN f85-2490755-X.
- YASBEK, Maria Carmelita. Globalização e precarização da relações de trabalho e seguridade social. IN: Revista Serviço Social e Sociedade n.º 56. Ano XIX, mar. 1998. 50-59 p.